



ESCOLAS PARA CONTESTAR

José Carlos de Almeida Azevedo

Nomeado Guarda-Marinha na Turma de 13 Jan 54, atingiu o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra em 31 Dez 70, transferindo-se para a Reserva Remunerada em início de 1971.

Curso a Escola Naval e o Massachusetts Institute of Technology, onde se graduou "Master of Science" em Física, Engenharia Nuclear, Arquitetura e Engenharia Naval e "Doctor" em Física.

Foi Vice-Diretor do Instituto de Pesquisa da Marinha e Membro do Conselho Nacional de Pós-Graduação, tendo também lecionado diversas matérias na Universidade de Brasília e no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Autor de numerosos trabalhos em língua inglesa e em português, destacando-se "Mecânica Clássica", "Omissão na Universidade" e "Eletrodinâmica Clássica", além de ser um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Brasília.

Atualmente é o Reitor da Universidade de Brasília.

A insatisfação é inerente à mocidade e certamente tem origem na incipiente formação mental dos jovens, no seu idealismo e ingenuidade e na sua ânsia natural de afirmação. Não guarda qualquer relação com o que se conveniou chamar de "contestação estudantil" — que dela se aproveita — um processo político violento de conturbação da sociedade, que tem na arregimentação eficiente, na organização e no uso de processos nada éticos, o boato e a mentira, por exemplo, suas armas mais eficazes. Em 1968, ela surpreendeu várias nações e quase levou a França ao colapso; não seria mesmo exagero afirmar que os anarquistas daquele país teriam subvertido a ordem social, não fossem a firme determinação, a competência e a notória ascendência do General De Gaulle que acabou com o que ele próprio chamou de "chienlit".

De 1968 a esta data surgiu um elevado número de estudos sobre a contestação estudantil em seus diferentes aspectos. O Reitor da Universidade de

Lille, Maurice Niveau*, por exemplo, analisando a contestação estudantil na França, chegou a conclusões que se aplicam também ao nosso país, onde só os interessados, os omissos e os eventuais beneficiários não vêem o recrudescimento e os retraimentos táticos desse processo desencadeado por profissionais da mazorca miscuídos nas universidades.

A contestação estudantil na França ou Itália tem conotações idênticas às brasileiras, mas nada tem a ver com a nossa origem latina comum ou outro fator dessa natureza; movimentos semelhantes existem também em diversos países não latinos e são, certamente, de natureza internacional. Muitos dirão haver exageros na importância que lhes é dada, pois a história não registrou, até hoje, um só caso de revolução vitoriosa conduzida por estudantes: a revolução está na boca do fuzil, dizem parafrazeando Mao-Tsé-Tung. Todavia, o que ocorreu na França e ora ocorre na Itália revela que a anarquia estudantil, mesmo sem a força que lhe negam, é compensadora para seus líderes, intranqüiliza a nação e, às vezes, abala a sua própria estrutura econômica.

À parte alguns casos isolados, a contestação no Brasil se limita às universidades onde os alunos recebem tudo de graça: ensino, alimentação e moradia; quando muito, pagam taxas simbólicas. Provavelmente, a contestação em outras universidades se deve em parte a muitos de seus alunos que, possuindo alta renda familiar, entendem ser "elegante", "in" ou "pra-frente" esposar ideologias de esquerda; afinal, discutir desgraças alheias num duplex de cobertura à beira-mar é muito estimulante.

A contestação estudantil não tem somente motivações ideológicas; nela influem fatores que levam à participação transitória de estudantes, não faltando mesmo os que fazem greves por dificuldades familiares. Entretanto, o percentual dos ativistas profissionais é sabidamente reduzido. *Grosso modo* poder-se-ia até esboçar uma classificação dos universitários em três categorias: os abúlicos, são alienados da realidade e constituem um baixo percentual; sua passagem pela universidade é por eles entendida como uma *via crucis* que devem percorrer para conseguir o "canudo de papel". Os contestadores sistemáticos formam o grupo menor, mas o mais atuante; nele se encontram os agitadores pagos e treinados para subverter a sociedade e é ainda integrado por estudantes que, embora sem prévia tendência anarquista, àqueles se juntam por motivos aleatórios. Os restantes são os desengajados, a imensa maioria, que agem em função de ocorrências: são motivados por atos de coleguismo e é essa a massa estudantil que precisa ser compreendida em suas justas reivindicações pois é a única que possui compromissos com os estudos.

A juventude universitária de hoje é herdeira daquela "geração sacrificada" a que se referiu o saudoso Aliomar Baleeiro no seu livro "A Política e a Mocidade": "Pertencem à geração melancólica, que já foi definida como geração sacrificada. Estiolou-se o eclipse da consciência jurídica nacional durante alguns anos. Ela deu o

* "École et Contestation" — Maurice Niveau in: *Defense Nationale*, Maio, 1977.

que pôde, resistindo e restaurando. Testemunha das duas maiores guerras e da mais trágica das depressões econômicas, a geração desta primeira metade do século viu vacilar, nos alicerces, e esboroar-se todo um mundo que os antepassados supunham eterno" . . . "Somos — os de meu tempo — gente exausta, cética e malograda. Vivemos intensamente esse meio século e presenciamos tantas subversões que não temos fé em nada estável e duradouro. Envelhecemos e fatigamo-nos mais depressa do que as gerações anteriores, que ainda subsistem e participam das lutas. Nunca o mundo foi tão político". Os universitários de hoje, nascidos no pós-guerra, são a geração sem memória, acostumados às "eficiências" da tecnologia moderna e à subcultura da televisão; freqüentam escolas que pouco ou nada ensinam. Nas grandes metrópoles, essa geração presenciou, pela primeira vez em nosso País, as conseqüências da dissolução da família e do descaso pela religião. É a geração aculturada pelos cursinhos, pouco assistida por professores capazes.

No-último decênio, o efetivo estudantil cresceu mais de doze vezes, sem que se saiba de onde e como obtiveram professores para sustentar tal crescimento. Muitos alunos, mal se graduaram, foram ungidos professores, comprometendo a qualidade do ensino e a hierarquia que deve prevalecer nas instituições de nível superior. É em escolas assim constituídas que se desenrolam os problemas estudantis no Brasil de hoje. Em nosso País, há tempo para a contestação: os estudantes têm poucos deveres e raras são as instituições — universidades federais principalmente — que reprovam alunos por mau desempenho acadêmico ou são rigorosas nos concursos vestibulares. Mas, ao invés de cobrarem aprendizagem, as leis exigem o "comparecimento" a 75% dos trabalhos escolares; todavia, tal exigência é inócua, pois há sempre como contorná-la, principalmente quando há convivência entre estudante e professor.

Na medida em que o tempo passa, aumenta nas universidades federais o percentual de alunos oriundos das classes mais favorecidas e com isso, certamente, a instabilidade institucional: a contestação tende a tornar-se norma, pelo menos nas instituições mais politizadas.

A Reforma Universitária, paradoxalmente, contribuiu para essa contestação; com a chamada "representação estudantil", a presença de estudantes em todos os órgãos colegiados universitários tornou-se obrigatória. Em igualdade com os mais capazes e experimentados mestres, discutem complexos problemas da vida universitária, a pesquisa por exemplo; valem, igualmente, o voto do aluno e o do professor, comprometendo assim a instituição universitária que tem na ascendência intelectual dos mestres um de seus mais sólidos pilares. Foi esse o primeiro passo para politizar, oficialmente e no pior sentido, a universidade brasileira. É verdade que tal "representação" limita-se a 20% mas isso levou os estudantes a organizarem-se em agremiações não oficiais, os chamados "DCE's e DA's livres" pois almejam a representação "paritária" e, não a obtendo, preferem a contestação. Tudo isso faz com que a representação estudantil, tal como hoje existe no Brasil, antipedagógica e pseudodemocrática, deva dar lugar a agremiações semelhantes às existentes em países mais avançados, as que congregam alunos de melhor desempenho acadêmi-

co, por exemplo. De resto, ela nada tem a ver com a formação de líderes. O Brasil precisa de líderes espirituais e intelectuais e não de palradores incultos.

Outro erro foi instituir a obrigatoriedade do voto para eleger os integrantes dos órgãos de participação e representação; mesmo não querendo, o estudante tem de votar, sob pena de sofrer sanções; não seria melhor tornar voluntário o comparecimento às eleições e empossar o candidato que receber a maioria dos votos dos estudantes matriculados? Afinal, que benefício advém para o país, para as universidades e para os próprios jovens que querem estudar, essa "representação" e essa "participação" feita através dos diretórios?

Entre 1970 e 1976, a UnB foi toda construída, organizada e institucionalizada; nesse período foram feitas mais de 75% das construções; mais de 75% dos equipamentos e materiais bibliográficos datam dessa mesma época em que também se reconheceram todos os cursos e foram contratados mais de 75% do pessoal hoje existente. Nesse período a UnB não possuía diretório e não conheceu nenhum problema disciplinar. A partir da data em que teve de criá-lo, a UnB não conheceu mais tranqüilidade. A própria greve do ano passado foi coordenada pelo Diretório.

A universidade brasileira de hoje é impotente para enfrentar a contestação, mas não são os problemas internos os maiores. "Hoje não se pode mais educar os jovens com os mesmos métodos já testados no passado. A autoridade do mestre, dos pais e da administração não inspira mais respeito e credibilidade. É verídico que as infrações são raramente penalizadas; além disso, toda sanção, não importa o motivo, provoca protestos indignados de certos pais e de certos estudantes. Como não se pode penalizar, é preciso convencer. A autoridade jamais obterá apoio de pleno direito. Ela deve, cada dia, ser defendida e merecida."*

As eficientes metodologias existentes há quinze anos não mais se aplicam e as universidades brasileiras não se aparelharam para atender os grandes contingentes estudantis. A ineficiência do ensino e os cursos que não conduzem a empregos ou a profissões definidas vem levando a universidade brasileira, a largos passos, para a mesma situação das escolas italianas, semiparalisadas há anos. Os erros cometidos em nossas escolas — que entendem ser a sua missão formar profissionais e técnicos, em vez de homens cultos e que julgam os alunos como "produtos acabados" em vez de indivíduos com personalidades próprias — são responsáveis pelo fracasso do nosso atual sistema de ensino. A missão da universidade não é formar profissionais e técnicos e nem colaborar para suprir empregos. É educar para a vida e para a cidadania.

Em 1969, nos EUA, a "National Commission on the Causes and Prevention of Violence", presidida por Milton S. Eisenhower, apresentou várias sugestões para conter o movimento estudantil que atingia o seu ápice naquele país. A Casa Branca recusou-se a baixar leis para controlar a revolta estudantil e nem a morte de estudantes em Kent State, em Jackson State, em Berkeley, South Carolina State, e

* M. Niveu, op. cit.

no North Carolina Agricultural and Technical State levou-a a modificar essa atividade. No Brasil, na mesma ocasião, a sociedade permissiva e abúlica, incapaz de preservar seus valores mais nobres, e os mestres acomodados ou coniventes com a contestação levaram ao agravamento do problema estudantil. Muitos dirigentes, aliás, reduziram-se à condição de espectadores e outros deram barretadas populistas. De qualquer forma, não conseguiram conter o movimento estudantil, levando assim a trágicos acontecimentos e à edição do Decreto-lei 477.

Com o alheamento oficial do Governo Federal, o peso cultural da sociedade norte-americana prevaleceu, levando à pacificação universitária obtida de várias maneiras, baseadas nos regulamentos disciplinares de cada universidade. Durante a crise norte-americana, foram criados fundos especiais para modernizar algumas polícias universitárias (Campus Patrol ou Campus Police, como lá são chamados). O LEAA (Law Enforcement Assistance Administration), do Departamento de Estado, distribuiu recursos para esse fim, e Michael Miles* cita que um dos primeiros "sucessos" da LEAA foi a prisão de mais de 800 estudantes no Mississippi Valley State, fato de que aqui ninguém tomou conhecimento e lá nem se lembram mais.

As Cortes de Justiça Norte-Americanas mantiveram até expulsões de estudantes feitas por motivos curiosos: por escrever cartas de crítica a reitores (Steier v. New York State Commission of Education); pela distribuição de panfletos do Student Non Violent Coordination Committee (Jones v. Board of Education). Por outro lado (Tinker v. Des Moines Independent Community School Board — 1969), a Justiça entendeu que os estudantes tinham direito de usar braçadeiras negras, em protesto pela guerra no Vietnã. Uma Corte de Justiça de Boston entendeu que o Fitchburg State College não podia censurar os jornais estudantis, mas as administrações universitárias no restante do país impuseram censura prévia a tais jornais.** Nessa época, as Universidades da Califórnia, Stanford e Minnesota cancelaram relações com a imprensa estudantil, permitindo apenas que operasse fora do campus, como corporação independente.

Os conselheiros da Universidade de Vermont revogaram a decisão do reitor que demitira um professor radical da área de ciências políticas; entretanto, a Universidade de Stanford demitiu professor já estável, porque havia incitado à ocupação de dependências da universidade, em protesto contra a invasão do Laos e porque havia vaiado o Embaixador Norte-Americano no Vietnã do Sul, Henry Cabot Lodge. Na Universidade de Wisconsin, o órgão equivalente ao nosso Conselho Departamental recomendou sanções contra dois professores estáveis e um instrutor por participarem em demonstração política no campus. A Comissão Scranton, que refletia o pensamento da administração universitária norte-americana, sentenciou que "membro do corpo docente que se engaja ou dirige contestação não tem lugar na comunidade universitária", com o que concordou, arduamente, a Comissão Carnegie.

* "The Triumph of Reaction" em "On Learning and Change" — Change Magazine, New York (1973).

**Michael Miles, op. cit.

No Dartmouth College, doze professores radicais, que se encontravam regularmente à hora das refeições, foram demitidos, um a um, restando um único três anos depois. Professores de ciência política da Universidade de Illinois tentaram transformar seus cursos em seminários sobre "problemas da repressão política". Em consequência, a Universidade e o Conselho baixaram um código de autodisciplina proibindo aos professores afastarem-se do conteúdo dos cursos.

Apesar dessas discrepâncias, houve surpreendente unanimidade nos EUA entre os conselhos universitários, a administração e os professores mais titulados, no sentido de controlar diretamente os recursos financeiros dos estudantes e de não permitir que as universidades abrigassem quaisquer atividades políticas. Finalmente o próprio American Council on Education e a Scranton Commission sugeriram modificações nas normas relativas à estabilidade dos professores.

Tudo isso exemplifica a autonomia universitária norte-americana; infelizmente, ela é muitas vezes entendida em nosso País apenas como o direito de transformar as universidades em logradouros onde a irresponsabilidade e o tumulto devem vicejar sem molestos quaisquer.

Num país sem tradições universitárias como o Brasil, o Ministério da Educação tem de fazer as vezes de um grande mestre-escola, quando deveria constituir-se numa das fontes de inspiração da educação; o Conselho Federal de Educação tem de limitar-se, praticamente, à análise cartorial de processos, deixando de lado sua missão mais elevada: a de pensar em termos mais altos a educação nacional — não se substituindo aos pensadores brasileiros, mas realizando sínteses e transformando em normas as grandes linhas do pensamento contemporâneo. Tudo isso, agravado pela sociedade omissa e permissiva, vem levando a educação nacional a perder seus rumos e transformar-se no que George F. Kennan chamou de "instituições sociais" em vez de "instituições educacionais". Dizia o historiador e embaixador norte-americano: "Na minha própria existência, testemunhei um acentuado declínio nos padrões educacionais. É deplorável que uma parcela tão relevante da educação nacional tenha sido exercida por educadores profissionais treinados em acreditar que o ensino é uma técnica sem relação com o assunto em estudo, em vez de uma manifestação de entusiasmo por esse próprio assunto. Fizemos ainda erros profundos, a título de 'democratizar a educação'. Os partidários dessa idéia e os educadores populares estão profundamente errados. Uma nação não pode sacrificar o avanço de sua elite talentosa e tenho receio de que corremos o risco de estar procedendo assim."

O confronto ideológico chegou às universidades brasileiras; obedece certamente à orientação do comunismo internacional: "A escola mantém as desigualdades sociais, mais do que as corrige; o que a burguesia espera é que ela transmita a ideologia dominante, reproduza as desigualdades e os comportamentos da sociedade capitalista, e cada vez mais, permita controlar, para seu proveito, a reprodução das competências científicas e técnicas" . . . "A natureza da escola é assim contraditória, como é a sua função: instrumento de dominação do grande capital mas

* "A conversation with G. F. Keenan", *In*: Encounter, September, 1976.

também fator de emancipação e da contestação e, como tal, encontra-se em convergência natural com a classe revolucionária, antagonista da classe dirigente. A instituição universitária não está nem acima das classes, nem integrada ao sistema estático sócio-cultural da classe dominante: ela é ao mesmo tempo um dos terrenos e um dos embates da luta de classe".* É evidente que a escola não promove sempre a ascensão social, mas é malévolos deixar de admitir que ela é a forma mais eficaz de efetua-la. Acabar com ela, para que a escola passe a ser um dos terrenos escolhidos para as "lutas de classe", é desconhecer os mecanismos de promoção social e infringir danos irreversíveis a toda a sociedade.

Não é sem motivo que as recentes greves estudantis no Brasil — pelo menos nas suas universidades prediletas — não trouxeram, até a esta data, uma única reivindicação de natureza acadêmica; a contestação, dirigida por membros do partido comunista — dentro e fora das instituições — preocupa-se apenas com problemas sociais, cuja solução escapa à competência de estudantes, estes aliás estão nos bancos escolares justamente para qualificarem-se ética e intelectualmente e capacitarem-se a resolver nossos problemas sociais.

Em sua análise da contestação nas universidades francesas, idêntica à existente em nosso País, Maurice Niveau atribui ao que chamou "armadilhas da participação estudantil" os malefícios ali existentes. A tática da contestação e o mecanismo da greve são por ele descritos em detalhes: "...entretanto é muito raro que os pais e mestres condenem unanimemente a greve e estimulem os alunos a retornarem às aulas" ... "os agitadores bem sabem que, durante a greve eles ocupam os estabelecimentos onde estudam, na esperança de paralisar os cursos" ... "Eles organizam assembléias gerais, criando, pela violência e intimidação, um sentimento de medo entre os colegas que se desinteressam pela ação política" ... "A autoridade administrativa pode ser levada a fechar o estabelecimento na esperança de restabelecer a calma e a razão. Registra-se então uma onda de protestos de todas as correntes contestadoras, às quais se juntam muitas vezes sindicatos e partidos de oposição que denunciam a repressão e a provocação. Em outras palavras, são permitidos todos os golpes que podem insultar — ou dar a esperança de obter tal resultado — a autoridade da administração e, através dela, o Governo."

A contestação estudantil, como forma de conturbação da sociedade, é um mecanismo eficaz e permanecerá entre nós, pelo menos enquanto não houver descentralização de responsabilidades na área do ensino superior, as universidades não forem seletivas nos concursos vestibulares e durante os próprios cursos e continuarem a formar "profissionais" e não o "homem que possua cultura, além de conhecimentos especializados em uma direção", como preconizava Whitehead.

Nesse estado de coisas, os jovens perdem as oportunidades de uma vida inteira; eles são, a um só tempo, algozes e vítimas; são oportunidades por eles perdidas que não voltam mais, pois o engajamento na contestação acha-se a um

* "Le Point et la Rose", órgão do Partido Socialista francês, Suplemento nº 53, p. 5, in: M. Niveau, op. cit.

passo do engajamento na subversão. Tragicamente, eles não identificam os espíritos malévolos, únicos beneficiários da desordem, que lhes apontam o caminho da marginalidade, de onde dificilmente sairão. Enquanto isso, seus mentores voltam à tranqüilidade de seus gabinetes, para planejar novas greves e contestações.

A autonomia universitária é, em síntese, a capacidade de autoconduzir-se; ela entretanto é enviável enquanto as universidades não se livrarem, pelo próprio esforço e iniciativa, dos maus professores e maus alunos, afastando-os da vida acadêmica que deve abrigar apenas a elite intelectual; além disso, a autonomia universitária não pode confundir-se com os interesses dos que são pagos para subverter a sociedade ou dos mestres que pretendem se impor não pelos dotes espirituais mas pelo "apoio" que dão a grevistas. Afinal, o bem-estar da sociedade brasileira e a nossa afirmação entre as nações adultas, capazes de conduzir seus destinos são distantes quimeras enquanto nossas universidades não souberem cumprir sua missão social.

Mudar a escola é o primeiro passo para mudar a nação. Supor que essa mudança depende de portaria ministerial é um ato de ingenuidade, pois ela resulta do esforço de todos os segmentos da sociedade: dos estudantes, dos mestres, da sociedade e dos governantes.